

RECURSO ESPECIAL Nº 1.867.763 - SP (2020/0066303-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS : IGOR BIMKOWSKI ROSSONI - RS076832
CARLOS EDUARDO BAUMANN - SP107064
TALITA ALVES DOS SANTOS SUKONIS - SP407439
RECORRIDO : PAULO ESTEVES DA CUNHA
ADVOGADOS : BRUNO AUGUSTO GRADIM PIMENTA - SP226496
CLAUDIA APARECIDA FRIGERO FREITAS GOUVEIA -
SP137611

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO MANEJADA SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO NCPC. SÚMULA Nº 284 DO STF. OFENSA À COISA JULGADA. EXISTÊNCIA. DOBRA ACIONÁRIA NÃO FIXADA NA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE INCLUSÃO EM SEDE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO.

DECISÃO

Extrai-se dos autos que PAULO ESTEVES DA CUNHA (PAULO) requereu cumprimento da sentença proferida em ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a TELEFÔNICA BRASIL S.A (TELEFÔNICA), na qual esta foi condenada a emitir ações em favor dos consumidores ou indenizá-los pelo valor correspondente.

O Juízo de 1º Grau rejeitou o pedido de liquidação e declarou extinto o processo, com fundamento nos arts. 783 e 925 do NCPC (e-STJ, fls. 236/239).

O TJSP deu parcial provimento ao recurso interposto por PAULO em acórdão da relatoria do Desembargador ENIO ZULIANI assim ementado:

Apelação Ação de liquidação de sentença envolvendo contrato de participação financeira no plano de expansão de telefonia Extinção (arts. 783 e 925 do CPC) Concessão da gratuidade - Caso em que a parte adquiriu o plano de expansão durante o período delimitado pela ação civil pública Possibilidade de

acolhimento parcial do pedido - Definição dos critérios para cálculo das diferenças devidas - Aplicação do entendimento do Tribunal, no que couber, sobre a apresentação da radiografia, os critérios de cálculo do valor devido e consectários decorrentes do reconhecimento à subscrição acionária Provimento, em parte (e-STJ, fl. 282).

Irresignada, a TELEFÔNICA interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF/88, alegando a ocorrência de violação dos arts. 489, II, 503 e 509, § 4º, do NCPC, sustentando, em síntese, (1) ausência de fundamentação acerca de fato sobre os contratos objetos da causa; e (2) ofensa à coisa julgada, pois não é possível a inclusão da dobra acionária, dos dividendos e juros sobre capital próprio no pedido de execução do julgado.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 341/352).

O apelo nobre foi admitido na origem (e-STJ, fls. 353/355).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação merece acolhimento em parte.

De início, vale pontuar, que a disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1) Da ausência de fundamentação

A TELEFÔNICA alegou ausência de fundamentação acerca de fato sobre os contratos objetos da causa.

Ocorre que tal questão não foi devolvida ao TJSP, assim, não há falar em ausência de fundamentação. Incide, no ponto, a Súmula nº 284 do STF.

(2) Da ofensa à coisa julgada em razão da inclusão da dobra acionária na fase de cumprimento de sentença

A jurisprudência desta Corte entende que a condenação às ações da telefonia móvel necessita de expresse pedido na inicial e, consequentemente, da condenação expressa no título executivo, não se podendo, portanto, ser incluída no cumprimento de sentença por não se tratar de um consectário lógico das ações da

telefonia fixa.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL E EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DE EMPRESA DE TELEFONIA. DOBRA ACIONÁRIA. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. A jurisprudência mais moderna deste Superior Tribunal de Justiça afirma a necessidade do pedido expresso para a condenação da empresa de telefonia no pagamento da chamada dobra acionária. Precedentes.

2. Na hipótese, verifica-se a inexistência de pedido claro e direto de condenação à realização da dobra acionária pela empresa de telefonia.

(AgInt no REsp 1.389.489/SC, Relatora Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, julgado em 18/5/2017, DJe 30/5/2017 - sem destaque no original)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. DOBRA ACIONÁRIA. INCLUSÃO NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PEDIDO E DE CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que não cabe, na fase de cumprimento de sentença, determinar a inclusão da verba denominada "dobra acionária" se ela não foi objeto de pedido nem de condenação expressa na fase de conhecimento, sob pena de violação da coisa julgada (AgRg nos EDcl no AREsp 467.124/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, DJe 29/3/2016).

(AgRg no REsp 1.576.010/SC, de minha relatoria, Terceira Turma, julgado em 26/4/2016, DJe 5/5/2016)

In casu, verifica-se que o acórdão recorrido está em dissonância com o entendimento acima perfilhado, porquanto a execução do valor indenizatório deve ser promovida nos estritos limites determinados no título executivo judicial.

No tocante aos dividendos e juros sobre capital próprio, verifica-se que a TELEFÔNICA carece de interesse recursal uma vez que referidas verbas foram afastadas do cálculo do valor devido (e-STJ, fl. 300).

Superior Tribunal de Justiça

Nessas condições, **CONHEÇO EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **DOU-LHE PROVIMENTO** para determinar a exclusão da verba relativa à dobra acionária.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator